



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso

**Mestrado em Direito e Ciência Jurídica – Especialidade de Ciências Jurídico-Internacionais
(2025-2026)**

1. Nome da Unidade curricular:

Direito Internacional da Pessoa Humana - TA

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral ☐ Anual ☒
Horas de Trabalho: 504 / 80S
Créditos ECTS: 18

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Maria José Reis Rangel de Mesquita – 2 horas semanais

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Não aplicável

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Conhecimentos técnico-jurídicos:

- aquisição dos conceitos técnicos jurídicos essenciais subjacentes à problemática dos sistemas de justiça internacional (universal e regional);
- aquisição crítica de conhecimentos sobre a natureza e modo de funcionamento dos principais sistemas de justiça internacional contemporâneos especializados em matéria de protecção dos direitos da pessoa humana com vista à utilização desses sistemas – na óptica das divergências, convergências e mudanças de paradigma.

Aptidões e competências:

- análise crítica comparativa dos elementos estruturantes dos sistemas (análise crítica transversal comparada);
- análise crítica de questões jurídicas actuais dos sistemas europeus (UE e CEDH) de protecção de direitos humanos;
- análise crítica de *case law* e o seu contributo para a evolução do Direito Internacional (geral e especializado em razão da matéria);
- compreensão crítica da relação entre os sistemas europeus e da relação entre a Ordem Jurídica nacional e esses sistemas regionais (estádio actual e perspectivas de evolução);
- aquisição de competências essenciais para utilizar cada um ou vários desses sistemas europeus em função dos litígios concretos e dos direitos envolvidos, em especial os sistemas que permitem o acesso de sujeitos não estaduais.

6. Conteúdos programáticos:

I – Sistemas de Justiça (internacional) regional e Direitos Humanos: divergências, convergências progressivas e mudanças de paradigma.

II - Estado de Direito e Direitos Humanos: violações sistémicas.

III - Protecção de dados, segurança nacional e Direitos Humanos.

IV – Fim de vida e Direitos Humanos.

V - Inteligência Artificial e Direitos Humanos: novas exigências de protecção.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

VI – Sistemas de Justiça regionais (internacional, supranacional) europeus e Direitos Humanos: o Projecto de Acordo de Adesão da União Europeia à Convenção Europeia para a Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (2023) e a mudança de paradigma.

VII – Relações dialógicas entre Tribunais regionais (internacional, supranacional) europeus e tribunais superiores nacionais em matéria de Direitos Humanos: mudança de paradigma e convergência.

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Os conteúdos programáticos integram uma abordagem dos aspectos principais dos sistemas contemporâneos de justiça internacional numa dupla perspectiva: a perspectiva comparativa transversal a partir dos seus elementos convergentes e divergentes e mudanças de paradigma e a perspectiva de cada sistema (europeu) individualmente considerado, quer na sua vertente material, quer na sua vertente processual, a partir de questões jurídicas actuais. Tal abordagem permite o conhecimento desses sistemas com vista à sua utilização futura – em razão da matéria envolvida no diferendo a resolver e da protecção do direito humano em causa.

Por seu lado, os conteúdos programáticos englobam uma abordagem das questões jurídicas actuais que se colocam no quadro dos sistemas regionais europeus (UE e CEDH) e do seu relacionamento com as ordens jurídicas nacionais, tendo em conta que a resolução de diferendos e a protecção de direitos tem lugar hoje ao nível nacional e transnacional – no caso português, regional europeu. Tal abordagem permite o conhecimento dessas relações com vista à articulação, em cada caso, dos meios nacionais e transnacionais relevantes para a resolução de diferendos e a protecção dos direitos humanos.

8. Metodologias de ensino:

A metodologia de ensino, em seminário, assenta em dois vectores: (i) uma introdução a cada ponto dos conteúdos programáticos através de método expositivo e da problematização das questões jurídicas para fomentar o debate em seminário e o aprofundamento da investigação individual; (ii) a análise, debate e comentário crítico de jurisprudência (*case law*), bem como de doutrina de referência, relativa a cada um dos pontos dos conteúdos.

Sem prejuízo dos trabalhos solicitados a cada aluno, todos os alunos deverão preparar cada sessão de seminário mediante leitura da doutrina de referência e da jurisprudência pertinente.

Para o efeito, privilegia-se a utilização da plataforma de *e-learning* da Universidade de Lisboa, com uma página própria para a unidade curricular.

9. Avaliação:

A avaliação dos alunos será efectuada com base nos seguintes quatro elementos: (i) trabalhos curtos apresentados ao longo do ano como solicitado pelo professor regente, em especial apresentação e análise crítica de jurisprudência ou de tópicos temáticos; (ii) participação presencial nos seminários; (iii) apresentação oral do resultado final da investigação desenvolvida sobre um tema específico do programa de acordo com a formação e os interesses individuais dos mestrandos, com vista à apresentação de relatório final escrito no final do ano; (iv) relatório final escrito final (a entregar no prazo previsto no regulamento em vigor: 31/7/2026).

A metodologia de ensino e avaliação manter-se-ão, com as devidas adaptações, no caso de, por decisão da Direcção da FDUL, haja necessidade de recorrer a modalidades de ensino à distância.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

A introdução teórica e problematização das questões jurídicas permite a aquisição dos conceitos técnico-jurídicos subjacentes à problemática dos sistemas de justiça internacional, em especial regionais europeus, e dos conhecimentos essenciais sobre a caracterização e modo de funcionamento dos vários sistemas objecto de estudo, à luz de questões jurídicas actuais em matéria de direitos humanos.

A análise e comentário crítico dos textos institutivos dos sistemas de justiça internacional (artigos temáticos) e da jurisprudência, permite em especial uma compreensão do modo de funcionamento dos sistemas na prática – em termos materiais e processuais – com vista à sua utilização face a um litígio concreto e a um direito humano a tutelar – sistema ou sistemas relevantes e modo de articulação entre o nível nacional e transnacional.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

11. Bibliografia principal:

- M. J. RANGEL DE MESQUITA, *Justiça Internacional. Lições, Parte I – Introdução*, Lisboa, AAFDL, 2010; *Justiça Internacional. Lições. Parte II – Justiça Internacional Regional, Justiça Especial. Justiça Regional especializada em matéria de Direitos Humanos. Introdução. Europa*, Lisboa, AAFDL, 2020; *Direito da União Europeia. Integração, soberania e cidadania: Confrontos*, Lisboa, AAFDL, 2025
- M.J. RANGEL DE MESQUITA, Teresa NUNES, Ana Isabel SOARES PINTO e Rui TAVARES LANCEIRO (Coord.), *A promoção dos direitos fundamentais e do Estado de direito enquanto valores europeus nas políticas públicas*, Lisboa, AAFDL, 2025
- M.J. RANGEL DE MESQUITA, Teresa NUNES, Ana Isabel SOARES PINTO e Rui TAVARES LANCEIRO (Coord.), *Direitos Fundamentais e Estado de Direito enquanto Valores Europeus Após a Conferência sobre o Futuro da Europa*, Lisboa, AAFDL, 2025
- I. CABRAL BARRETO, *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 7.ª ed., Coimbra, Almedina, 2025
- P. PINTO DE ALBUQUERQUE (Org.), *Comentário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e dos Protocolos Adicionais, Vol. I, Vol. II e Vol. III*, Lisboa, UCP, 2019, 2019 e 2020.
- J. O. DE NORONHA e P. PINTO DE ALBUQUERQUE (Org.), *Comentário à Convenção Americana sobre Direitos Humanos*, Tirant Brasil, 2020
- P. JERÓNIMO, R. GARRIDO e M. A. DO VALE PEREIRO (coords.), *Comentário Lusófono à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (OLDHUM, DH-CID)*, 2018
- R. GUERRA DA FONSECA, *Protecção Internacional dos Direitos Humanos*, Lisboa, AAFDL, 2018 (reimpr. 2022)
- F. SUDRE, L. MILANO, H. SURREL, B. PASTRE-BELDA e A. SCHAHMANECHE, *Droit européen et International des droits de l'homme*, 17.ª ed., Paris, PUF, 2025
- W. A. SHABAS, *The European Convention on Human Rights. A Commentary*, OUP, 2017

12. Observações:

Tema: Protecção regional europeia de direitos humanos: convergências, divergências e mudanças de paradigma

A UC visa o estudo das principais divergências, convergências progressivas e mudança de paradigma entre os principais sistemas de justiça internacional (regional) contemporânea especializados em matéria de protecção de direitos da pessoa humana e o estudo de questões jurídicas actuais da justiça regional europeia (União Europeia e CEDH) em matéria de direitos humanos, incluindo o estudo do Estado de direito e dos direitos humanos enquanto valores europeus e sua garantia judicial no caso de violações sistémicas.

O ensino da unidade curricular integra o ensino e a investigação do Módulo Jean Monnet “Fundamental Rights and Rule of Law as European Values in a Global World after the Conference on the Future of Europe” (2022-2025, Key Topic 1 - Fundamental Rights and Rule of Law as EU values: evolving legal and jurisprudential framework in the EU and beyond the recovery in response to the Covid-19 crisis and the Convention on the Future of Europe and Key Topic 3 – Promoting the role of Fundamental Rights and the Rule of law as EU values in national and international regional litigation [Items II a VII]).

Programa e bibliografia desenvolvidos: consultar página da UC.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Curricular Unit Sheet

Course Master in Law and Legal Science – Legal-International Sciences (2025-2026)

1. Curricular Unit Name:

International Human Rights Law (TA)

2. Complementary Information:

Duration: Semester ☐ Annual ☒
Work hours: 504 / 80S
Credits ECTS: 18

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

Maria José Reis Rangel de Mesquita – 2 hours/week

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

Not applicable

5. Learning outcomes of the curricular unit:

Juridical knowledge:

To acquire

- the technical-juridical key concepts which are essential to understand the problematic of the systems of international Justice;
- knowledge on the juridical nature and the way of functioning of the main international justice systems in order to know how to use them in practice to protect human rights – in the light of its divergence, convergence and paradigm change.

Skills and competence:

- critical analysis of those systems regarding its basic structural elements (transversal critical comparative analysis);
- critical analysis of current legal issues in respect of the European (EU and ECHR) systems for protection of Human Rights
- critical analysis of the case law produced by those systems (both international courts and international jurisdictional institutions) and their contribution to the development of the (general and specialized) International Law) on Human Rights;
- critical comprehension of the relationship between those European systems as well as of the relationship between national legal orders and those regional systems (current state and perspectives of evolution);
- acquire the necessary skills to be able to use each of those European systems according to the dispute to be solved and the human rights involved, specially of the systems opened to non-state subjects (individuals and others).

6. Syllabus:

I – The Justice (regional) Systems for the Protection of Human Rights: Divergence, (further) convergence and paradigm change.

II – Rule of Law and Human Rights: systemic infringements.

III – Data Protection, National Security and Human Rights.

IV – End of Life and Human Rights.



V – Artificial Intelligence and Human Rights: new protection challenges.

VI – Justice (regional) European Systems for the Protection of Human Rights: The Draft Agreement on the Accession of the European Union to the European Convention on Human Rights (2023) and paradigm change.

VII – Dialogical relations between regional European (international, supranational) Courts and high national Courts in respect of Fundamental Rights: change of paradigm and convergence.

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

The syllabus includes a complete approach of the main aspects of the contemporary systems of international human rights justice in a dual perspective: the horizontal comparative perspective based on their structural divergent and converging elements and the individual perspective of each (European) system both in its material and procedure features, in the light of current legal issues. Such approach allows the knowledge of such systems aiming at its future use according to the nature of the dispute to be solved through such systems.

Moreover, the syllabus includes the study of current legal issues in the framework of the regional European systems for the protection of Human Rights (EU and ECHR) as well as the approach of its relationship with national legal orders, considering that the dispute settlement and the protection of human rights takes place at present both at national and transnational level – in the Portuguese case, regional European level. This approach allows the knowledge of such relationships aiming at the coordination, in each case, of the national and transnational relevant means in order to solve the disputes and protect human rights.

8. Teaching methodologies:

Teaching methodologies are based in two elements: (i) a theoretical introduction to each subject of the syllabus through the use of the expositive method and the identification of the main problematic juridical issues and the relevant doctrine to foster the debate in class and the deepening of the individual research; (ii) an analysis, debate and critical comment of the relevant case law, as well as relevant specialized legal literature, regarding each topic of the syllabus.

Besides the individual work as requested by the professor, all students should prepare each seminar class by reading the relevant literature and case law.

The *e-learning Platform* of the University of Lisbon will be used for this purpose.

9. Evaluation:

The evaluation is based in the following four elements: (i) short works to present in class as requested by the professor during the academic year, namely brief critical presentation of relevant case law; (ii) the presential participation of the students in the seminars; (iii) oral presentation of the final outcome of the scientific research on a specific topic within the syllabus and according to the individual interest of the student, in order to the presentation of the final written report at the end of the academic year; (iv) final written report at the end of the academic year to be delivered in the deadline foreseen in the Regulation (31/7/2026).

The teaching and evaluation methodology will apply, *mutatis mutandis*, in the case that the Direction of the Faculty decides that there is the need to use distance learning methods.

10. Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

The theoretical introduction and identification of the juridical issues allows the acquisition of the key juridical concepts regarding the systems of international justice regarding human rights, especially regional European systems, as well of the knowledge on the nature and *modus operandi* of each system in the light of current legal issues on Human Rights.

The critical analysis of the rules of each system (selected material and procedural rules) as well of the case law allows in particular the comprehension of the system in practice, aiming at its use when facing a concrete dispute – identifying the relevant systems or systems that may be used and how they relate to the national level.



11. Main Bibliography:

- M. J. RANGEL DE MESQUITA, *Justiça Internacional. Lições, Parte I – Introdução*, Lisboa, AAFDL, 2010; *Justiça Internacional. Lições. Parte II – Justiça Internacional Regional, Justiça Especial. Justiça Regional especializada em matéria de Direitos Humanos. Introdução. Europa*, Lisboa, AAFDL, 2020; *Direito da União Europeia. Integração, soberania e cidadania: Confrontos*, Lisboa, AAFDL, 2025
- M.J. RANGEL DE MESQUITA, Teresa NUNES, Ana Isabel SOARES PINTO e Rui TAVARES LANCEIRO (Coord.), *A promoção dos direitos fundamentais e do Estado de direito enquanto valores europeus nas políticas públicas*, Lisboa, AAFDL, 2025
- M.J. RANGEL DE MESQUITA, Teresa NUNES, Ana Isabel SOARES PINTO e Rui TAVARES LANCEIRO (Coord.), *Direitos Fundamentais e Estado de Direito enquanto Valores Europeus Após a Conferência sobre o Futuro da Europa*, Lisboa, AAFDL, 2025
- I. CABRAL BARRETO, *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 7.^a ed., Coimbra, Almedina, 2025
- P. PINTO DE ALBUQUERQUE (Org.), *Comentário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e dos Protocolos Adicionais, Vol. I, Vol. II e Vol. III*, Lisboa, UCP, 2019, 2019 e 2020.
- J. O. DE NORONHA e P. PINTO DE ALBUQUERQUE (Org.), *Comentário à Convenção Americana sobre Direitos Humanos*, Tirant Brasil, 2020
- P. JERÓNIMO, R. GARRIDO e M. A. DO VALE PEREIRO (coords.), *Comentário Lusófono à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (OLDHUM, DH-CID)*, 2018
- R. GUERRA DA FONSECA, *Protecção Internacional dos Direitos Humanos*, Lisboa, AAFDL, 2018 (reimpr. 2022)
- F. SUDRE, L. MILANO, H. SURREL, B. PASTRE-BELDA e A. SCHAHMANECHE, *Droit européen et International des droits de l'homme*, 17.^a ed., Paris, PUF, 2025
- W. A. SHABAS, *The European Convention on Human Rights. A Commentary*, OUP, 2017

12. Remarks:

Main topic:

Tema: Regional European protection of Human Rights: convergence, divergence and paradigm change

The curricular unit aims in general at the study of the main systems of contemporary international (regional) justice specialized *ratione materiae* in the protection of human rights – convergence, divergence and paradigm change – and of current legal issues of the European regional Justice (EU and ECHR) regarding Fundamental Rights, including the study of human rights and the Rule of Law as European Values and its judicial protection in case of systemic violations.

The teaching activity will be part of the teaching and research activities of the Jean Monnet “Fundamental Rights and Rule of Law as European Values in a Global World after the Conference on the Future of Europe” - (2022-2025, Key Topic 1 - Fundamental Rights and Rule of Law as EU values: evolving legal and jurisprudential framework in the EU and beyond the recovery in response to the Covid-19 crisis and the Convention on the Future of Europe and Key Topic 3 – Promoting the role of Fundamental Rights and the Rule of law as EU values in national and international regional litigation [Items II to VII]).

Developed Syllabus and Bibliography: consult webpage of the curricular unit.